



ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Bom dia, todos aqui presentes. Havendo número legal, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Bom dia, aposentadas e aposentados da Assembleia Legislativa aqui presentes, que vieram fazer suas reivindicações. *"Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Quarenta e Sete da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 35.174/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofício nº 3.592/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ofício nº 875/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 28.458, 28.591, 28.597, 28.606, 29.500, 30.547, 30.567, 30.894, 30.898, 30.902, 30.947, 30.953, 31.013 e 31.017/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 755, 764, 769, 780 e 781/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Carta nº 1587/2025, da Energisa de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Lidio Lopes, Caravina, Antonio Vaz, Gerson Claro, Pedro Kemp, Zeca do PT, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Marcio Fernandes e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Zé Teixeira e Jamilson Name. Ausência justificada do deputado Junior Mochi. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Caravina e João Henrique. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 122/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 218/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 113/2024,*



*de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Félix Martins; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Pedro de Moraes Martinez; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Escola Estadual Maria Eliza Bocayuva Corrêa da Costa, pela realização da 3ª Edição de sua Semana Literária, com o tema 'Povos Originários', promovida entre os dias 12 e 14 de maio de 2025, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao projeto Pequeno Samurai, Grande Guerreiro; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando o uso da palavra na Sessão Ordinária do dia 28 de maio de 2025, para divulgação das ações do 'Maio Laranja', mês de enfrentamento e combate à violência e abuso sexual contra crianças; requerimento de informações, de autoria da Casa; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Gleice Jane e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de maio do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o deputado Marcio Fernandes, para que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — "Expediente da Sessão Ordinária do dia 27 de maio de 2025: Mensagem nº 143/2025, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta augusta Assembleia Legislativa os documentos relativos aos Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul); Ofício nº 12.1774/2025, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 1065/2025); Ofício nº 203/2025, do Ministério Público do Trabalho, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 1196/2025); E-mail do Transfere Gov.Br, encaminhando Transferência Especial – Notificação de Alteração no Plano de Trabalho – Plano de Ação 09032024-75197 (Prot. nº 1730/2025); Ofícios nºs 30.551, 30.555, 30.563, 30.575, 30.579, 30.583, 31.150, 31.155, 31.165, 31.169/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara, Caravina, Lidio Lopes, Lia Nogueira, Mara Caseiro e Zé Teixeira; Ofício nº 93.077/2025, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de agradecimento do deputado Renato Câmara (Prot. nº 1210/2025); Ofícios nºs 789 e 796/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços



Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima e Jamilson Name (Prot. nº 036, 014/2025); Ofício nº 935/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 532/2025); Ofício nº 917/2025, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 979/2025); CI nº 93/2025, da Fundação Municipal de Cultura de Ladário, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 803/2025); Ofício nº 015/2025, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Nova Alvorada do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 1353/2025); Ofícios nºs 917/2025, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande, respondendo à indicação dos deputados Gleice Jane e Professor Rinaldo; Cartas nºs 459 e 471/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Professor Rinaldo e Gleice Jane (Prot. nºs 1098, 1027/2025)." Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Não está presente. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira... Antes, quero saudar os aposentados da Assembleia Legislativa aqui presentes. Esta Casa é democrática e acolhe a reivindicação de cada um de vocês. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. É um prazer receber os aposentados. Essas pessoas que já contribuíram muito para o funcionamento desta Casa, deixaram seus serviços prestados, e hoje estão aqui dependendo do apoio de nós deputados. Presidente, eu vim apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando a reforma da Escola Estadual Barão do Rio Branco, no município de Douradina. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando apoio de infraestrutura ao município de Jateí, com aterro, sistema de drenagem de água pluvial, sinalização e iluminação na rotatória de acesso ao distrito de Nova Esperança, na rodovia José Florêncio da Silva, bem como a instalação de redutor de velocidade na mesma rodovia. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores. Quero, de forma muito



especial, cumprimentar os servidores aposentados aqui da Alems. Para mim, é motivo de alegria conhecê-los. É uma satisfação recebê-los aqui esta manhã. Quero saudar todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Eu trago um projeto de lei. Projeto de lei que altera a Lei nº 6.377, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a obrigação de previsão de acostamento de vias na elaboração e na contratação de projetos de engenharia, para execução de novas obras de pavimentação asfáltica nas rodovias estaduais. Artigo 1º - O artigo 1º da Lei nº 6.377, 23 de dezembro 2024, passa a vigorar com a seguinte redação: "A elaboração e a contratação de projetos de engenharia para execução de obras de pavimentação asfáltica em rodovias estaduais, concedidas ou não à administração privada, deverão conter, obrigatoriamente, previsão de acostamento lateral, em ambos os lados, com revestimento asfáltico e largura mínima de 2,5 metros. Parágrafo único. Os requisitos técnicos construtivos dos acostamentos seguiram as regras estabelecidas no Manual de Implantação Básica do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit, ano de 2010, 3ª edição, de acordo com as exigências contidas na publicação do Estudo de Pesquisa em Transporte, IPR nº 742, que dispõe sobre normas a serem aplicadas em projetos e construção de estradas federais e dos órgãos rodoviários estaduais ou norma que as substituir, observando-se adicionalmente: I - a estrutura do pavimento do acostamento deverá ser dimensionada para suportar o tráfego ocasional de veículos em situações de emergência. II - a inclinação transversal do acostamento deverá ser no mínimo 2% e no máximo 5% para garantir a adequada drenagem superficial. III - o revestimento asfáltico dos acostamentos deverá ser do mesmo tipo utilizado na pista de rolamento ou de qualidade compatível, garantindo a continuidade estrutural do pavimento. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." Este projeto visa melhorar o que foi proposto ano passado. Em 2023, eu fiz uma indicação ao Governo do Estado, no sentido de que as rodovias estaduais fossem construídas já com acostamento. E ano passado nós aprovamos aqui uma lei do deputado Caravina sobre a construção de acostamento, seja em via asfaltada, seja em via não asfaltada. Eu estou colocando aqui o termo 'compulsoriamente', para que seja feita a pavimentação asfáltica no acostamento e que ele tenha a largura mínima de 2,5 metros. Porque, se fizer uma rodovia e fizer o acostamento sem pavimentação, teremos problemas de drenagem, de sustentabilidade, enfim. Esses tipos de problemas técnicos serão corrigidos com a obrigatoriedade prevista na presente proposta. Aqueles degraus que às vezes vemos na pista de rolamento são muito perigosos. Então, este projeto de lei visa que o acostamento seja pavimentado e que fique na altura da pista de rolamento. Bom, além disso, presidente, eu trago duas moções de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Federação das Apaes do Estado de Mato Grosso do Sul, na figura de seu presidente, o senhor Antônio José dos Santos Neto; à Apae de Nova Andradina, na pessoa do seu presidente, o senhor Ananias Loyer, e de sua diretora social, a senhora Ida Mercês

do Nascimento; à Funael (Fundação Nova andradinense de Esporte e Lazer), na pessoa do senhor Joari Martins; e ao prefeito de Nova Andradina, senhor Leandro Fedossi, pela realização da 10ª edição das Olimpíadas Especiais das Apaes. Se aprovada, a moção deverá ser encaminhada com a seguinte redação: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado Estadual Roberto Hashioka, vem congratular a comissão organizadora da 10ª edição das Olimpíadas Especiais das Apaes - etapa regional da 6ª região, realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2024, em Nova Andradina, por todo o esforço coletivo que promove a inclusão social e o desenvolvimento humano. Externamos nosso reconhecimento e desejo de continuidade a essa iniciativa, que, há mais de cinquenta anos, transforma vidas em todo o Brasil". Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos estudantes José Vitor Balasso e Laine Gomes Lima, aos professores Grazieli Suszek e Fernando Rodrigues da Conceição, estendida à diretora Débora Cristina Macorini Ocon de Almeida e ao pró-reitor de Pesquisas Edvanio Chagas, todos do Instituto Federal de MS, Campus Nova Andradina, pela participação na maior feira pré-universitária de ciência do mundo, realizada de 10 a 16 de maio, em Columbus, Ohio, EUA, únicos representantes de Mato Grosso do Sul na delegação brasileira do evento, pela apresentação do projeto que analisa o solo por meio da luz infravermelha, permitindo identificar fungos que vivem ali e que podem ser aliados naturais no combate a pragas. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero saudar o Colégio Tic Tac e o Instituto Bengabel, a professora Gisele Moreira Pinto de Lima, coordenadora-geral. Sejam bem-vindos. Passo a palavra ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação da iluminação pública da rua Piassanguaba, nas proximidades dos números 576 e 680, no bairro Tijuca. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões, secretário de Estado de Saúde, solicitando providências no sentido de regularizar o estoque do medicamento Isotretinoína para atender os pacientes cadastrados na Casa da Saúde. Eu recebi o pedido de apoio de uma jovem que está em tratamento de acne grave com o uso do medicamento. Conforme relatado, o medicamento é de alto custo. De acordo com informações, a paciente solicitou o remédio citado há mais de três meses, no entanto, o estoque não foi regularizado até a presente data. Em razão do alto custo, a solicitante não consegue dar continuidade ao seu tratamento. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando a execução de obras de manutenção da MS-162, no município de Maracaju. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo vereador Dinei, do Republicanos. Embora o trecho ainda esteja transitável, observa-se o surgimento de buracos, trincas e irregularidades em diversos pontos, o que pode comprometer a segurança dos usuários da via e causar danos aos veículos. A manutenção preventiva, neste momento, pode evitar a piora das condições da via e gastos mais elevados com futuras obras corretivas. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando a execução de obras de encascalhamento na MS-444, no município de Selvíria. Esta demanda foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Adelson Alberto dos Santos. O trecho em questão vem sendo constantemente utilizado por caminhões pesados, o que aliado à falta de pavimentação e de manutenção adequada, tem provocado grande quantidade de poeira, afetando diretamente a qualidade de vida e a saúde dos moradores que vivem às margens da rodovia. Além disso, o excesso de poeira reduz a visibilidade dos condutores, aumentando o risco de acidentes. Portanto, solicitamos providências. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Cumprimento também os servidores aposentados que hoje fazem um protesto pacífico aqui na Assembleia e os alunos e professores da Escola Tic-Tac, que vieram conhecer este Parlamento, a Casa do Povo. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa em Mato Grosso do Sul, solicitando a elaboração e execução de um projeto de revitalização da parte externa da subestação de energia que fica entre as ruas Monte Alegre, João Vicente Ferreira, José de Alencar e Floriano Brum, no

município de Dourados. Esta indicação tem por objetivo promover a revitalização do espaço urbano onde está localizada a subestação de energia da Energisa, que fica em uma grande área de circulação. O projeto deverá contemplar a recuperação total do calçamento ao redor da unidade, a inclusão de piso tátil e demais sinalizações acessíveis, de modo a garantir a mobilidade e a segurança das pessoas com deficiência visual e física. Além da infraestrutura de acessibilidade, a proposta inclui a revitalização do muro que cerca a subestação por meio da realização de pinturas artísticas que cumpram também função educativa e cultural. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a destinação de recursos para implantação de iluminação pública no trevo que liga a BR-376 à MS-475, no município de Glória de Dourados. O trevo é um importante ponto de conexão viária regional, com alto fluxo de veículos leves e pesados. No entanto, a ausência de iluminação pública no local tem gerado insegurança aos condutores, principalmente durante o período noturno, aumentando os riscos de acidentes e dificultando a visibilidade da sinalização existente. A implantação de um sistema de iluminação pública no trecho é uma medida essencial para garantir mais segurança viária, prevenir acidentes e melhorar a fluidez do tráfego. Esta é uma solicitação da vereadora Fabiana Machado, do município de Glória de Dourados. Por fim, eu trago uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Associação Comercial e Empresarial de Dourados a Sede, pelos seus 80 anos de fundação, a serem celebrados no dia 29 do corrente mês. Fundada em 29 de maio de 1945, a sede nasceu da união e do espírito empreendedor de empresários que compreenderam a importância de se organizarem, diante das transformações que ocorriam naquela época no país e especialmente na região de Dourados. Ao longo dessas oito décadas, a entidade consolidou-se como uma das mais importantes instituições representativas da classe empresarial sul-mato-grossense. A sede teve papel decisivo no fortalecimento do comércio de Dourados, sendo protagonista de inúmeras iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento econômico local e regional. Seu trabalho contínuo voltado ao apoio, capacitação e valorização do empresariado é referência no Estado de Mato Grosso do Sul e modelo de atuação institucional. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Cumprimento também os servidores desta Casa que acompanham a nossa Sessão. Bom dia a todos. Eu trago duas indicações. Indico à Mesa,

na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a reforma geral na Escola Estadual Coronel Ramiro Noronha, localizada no município de Ponta Porã. Tendo em vista que, embora a escola tenha iniciado suas atividades em janeiro de 2022, o prédio é antigo e apresenta rachaduras, ventilação ineficiente, janelas emperradas e ausência de climatização. É necessário também o investimento em acessibilidade, biblioteca, laboratórios e recursos tecnológicos. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pelo vereador Puca Valdez, de Ponta Porã, e pela comunidade escolar. O vereador enviou umas fotos para nós. Nota-se que de fato a escola precisa ser reformada. O Governo vem fazendo reforma em todas as escolas estaduais. Portanto, estou encaminhando este pedido ao secretário. Ele é muito atencioso no que diz respeito à melhoria da educação como um todo. Eu tenho certeza de que essa reforma vai acontecer. Estamos atendendo ao pedido do vereador Puka Valdez, de Ponta Porã. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando celeridade na condução do auto de investigação preliminar instaurado pela Coordenadoria-Geral de Perícia, em face dos peritos oficiais papiloscopistas, em decorrência de denúncia anônima, que apura ausência de servidores públicos de seus postos de trabalho para participar de atividades de interesse da categoria na Assembleia Legislativa, evitando, desta forma, prejuízos emocionais e funcionais aos servidores. Senhor presidente, deputado Zeca do PT, deputada Lia Nogueira, eu me pronunciei na semana passada sobre esse auto de investigação que foi feito em razão de os servidores terem vindo a esta Casa para prestigiar a votação e aprovação do projeto de lei de autoria do Executivo, dando oficialidade aos peritos papiloscopista. Não sei se vocês receberam, mas eu tenho aqui uma nota explicativa que a Coordenadoria-Geral de Perícias fez na data de hoje. Como eu já esperava, veio a informação, presidente, de que foi uma denúncia anônima, que a obrigação é apurar essa denúncia anônima, que pode ter infrações disciplinares, porque policiais poderiam ter faltado ao serviço, abandonando seus postos de trabalho. Essa denúncia foi feita de forma anônima primeiramente por covardia de quem a fez. Porque ninguém faz uma denúncia anônima tão detalhada, com fotografias dos parlamentares, das pessoas presentes neste Plenário, se não for por maldade. Seria como se nós pegássemos fotos e vídeos dos servidores desta Casa que estão aqui acompanhando a Sessão e fazendo reivindicações legítimas e depois fossemos fazer uma caça às bruxas para vermos o que cada deles está fazendo aqui, se não está no local de trabalho, por que não está, enfim. Mas todas as categorias vêm a esta Casa, e devem vir mesmo, para acompanhar votações, para peticionar, para agradecer. Isso é comum. Eu não vi se instaurar sindicância quando os delegados vieram aqui, quando aprovou o auxílio-saúde para eles. Semana passada os defensores vieram aqui para acompanhar uma

homenagem ao Pedro Paulo, defensor-geral. Não foi instaurada sindicância para isso. E várias e várias e outras categorias frequentam a Assembleia, e não se instaura sindicância para isso. Isso é um absurdo. Pelo fato de o senhor ter dito que gostaria de saber quem foi o responsável pela criação desse auto de investigação, digo-lhe que a nota sequer foi assinada. Aparece só o nome da Coordenadoria-Geral de Perícia. Então, deputado Zeca do PT, nós estamos solicitando celebridade na apuração. desse caso. Na minha opinião, isso deveria ser arquivado imediatamente. Mas, se querem apurar se houve algum prejuízo pelo fato de alguns peritos papiloscopistas terem vindo a esta Casa, que apurem e que o façam rapidamente. Isso aqui está causando transtorno emocional aos servidores, e a consequência disso é um prejudicando a população. Os profissionais estão trabalhando nos municípios e aqui na capital. É um absurdo ficar instaurando sindicância para punir policiais por conta de uma briga de classe, porque alguns não aceitam que os peritos sejam oficiais, porque só eles são oficiais. Na verdade, isso é uma picuinha que está prejuízo a população.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero registrar minha solidariedade aos servidores papiloscopistas. Se Vossa Excelência permitir, eu gostaria de assinar esta indicação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Agradeço. Aliás, se possível, eu gostaria de que esta solicitação fosse assinada pela Casa. Eu estou pedindo celeridade na apuração do caso. Não podemos aceitar que se fique intimando, apresentando contestação, documento, tornando isso público, com foto de servidores, enfim. Eu tenho certeza de que esse procedimento será arquivado, porque ele não tem base nenhuma. Isso é muito ruim, porque de certa forma ceifa a possibilidade de servidores virem a esta Casa para participar de atos legais e necessários para a manutenção da democracia. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos encaminhar, deputado. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente e colegas deputados, eu quero fazer duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Ministro João Paulo dos Reis Veloso, localizado no município de Dourados. Aquela é uma escola tradicional de Dourados, e ao

longo da sua história recebeu poucas intervenções relativas a melhorias em sua infraestrutura. Eu fui fazer uma visita à escola e constatei a necessidade que seja feita, em caráter de urgência, uma reforma no prédio daquela escola. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Verruck, solicitando, em caráter de urgência, a reforma da Agraer, localizada na rua Melvin Jones, número 1.432, no centro do município de Nova Andradina. Aquele prédio precisa passar urgentemente por reforma, para que os produtores sejam mais bem atendidos. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa e população que nos assiste, bom dia. Quero cumprimentar de modo especial os servidores aposentados da Assembleia Legislativa que hoje estão aqui para apresentar suas reivindicações. Eu venho apresentar duas indicações e uma moção. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando, em caráter de urgência, por meio de convênio ou execução direta no orçamento, a substituição da ponte de madeira sobre o rio Coxim, no trecho que liga o Areado e Pontinha do Cocho aos distritos de São Gabriel do Oeste de Camapuã, por ponte de concreto armada ou estrutura metálica. A presente proposição encontra justificativa no anseio da população e de produtores rurais da região, que encaminharam o pedido ao nosso gabinete, juntando várias fotos, demonstrando claramente o estado precário da ponte, o que pode, inclusive, provocar acidentes. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Camargo, presidente da Motiva, concessionária de rodovias S/A, antiga CCR MSVia, solicitando que, no prazo de até trinta dias, a contar do recebimento desta indicação, manifeste-se quanto à possibilidade de comparecimento a esta Assembleia Legislativa, juntamente com sua equipe técnica, para apresentar o novo plano de obras de concessão da BR-163. Estamos solicitando a apresentação do cronograma detalhado das obras previstas, as fases e prioridades de execução, os parâmetros de segurança viária e os critérios técnicos utilizados na modelagem contratual, especialmente no contexto da recente repactuação firmada junto à ANTT. A partir da confirmação por parte da concessionária, poderemos organizar a realização inclusive de audiência pública, com a participação dos prefeitos e vereadores dos

municípios que margeiam a BR-163, os quais serão formalmente convidados, dada a importância de que tais representantes municipais compreendam e acompanhem as diretrizes e os impactos da nova etapa da concessão, tanto no aspecto da mobilidade, quanto no da segurança da população local. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado a moção de congratulação ao senhor Ranulfo Custódio Alves, natural de Três Lagoas e residente em Camapuã, pela renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação aos 102 anos de idade, ocorrida no dia 15 deste mês, na Agência do Detran MS de Camapuã. Trata-se de um exemplo notável de vitalidade, autonomia e responsabilidade no trânsito que merece o reconhecimento desta Casa Legislativa. É só, presidente. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, a vida das mães atípicas não é fácil, uma hora elas reivindicam remédios de alto custo, outra hora lutam para conseguir a dieta especial de que seus filhos necessitam, outra hora correm atrás das fraldas e de insumos de que as crianças necessitam para ter qualidade de vida. A luta é permanente. E muitas vezes elas não conseguem ter acesso a isso. Agora eu recebi aqui duas mães atípicas que estão enfrentando problemas com a questão da energia, da tarifa social. O programa do Governo do Estado isenta do pagamento da conta de energia quem consome até 220 quilowatts; e muitas mães disseram que estão dentro do critério de isenção. Mas há também a situação daqueles que são dependentes e que necessitam de aparelhos que consomem energia, como é o caso de crianças com doenças raras, de crianças com deficiências graves, enfim. São pessoas que dependem de certos aparelhos para viver. Portanto, a família consome mais energia. Nesse caso, a família teria o direito de isenção se consumem até 550 quilowatts. A Energisa não está cumprindo isso. Eu estou aqui com a conta de energia deste mês de uma família que deveria ser beneficiada, ter conta zero. Portanto, senhor presidente, eu quero encaminhar um documento em nome da Casa para a Energisa, solicitando que ela verifique essas situações. Eu vou encaminhar o documento amanhã. Esta é uma reivindicação das mães atípicas que estão acompanhando hoje nossa Sessão. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Maria Manicure, vereadora do município de Novo Horizonte do Sul. Também agradecemos a presença do Colégio Tic Tac, do Instituto Graham Bell, da professora Gisele Moreira Pinto, coordenadora-geral, da Charlene Silva Martins, professora do 5º ano do ensino fundamental, da Maria Barbosa Gomes, auxiliar de coordenação dos



alunos do 5º ano do ensino fundamental. Esse grupo tem trinta e sete alunos. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa. É sempre muito bom receber alunos aqui na Casa. Eles vêm conhecer os trabalhos do Poder Legislativo. Esta é a Casa da Democracia. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01775/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 01767/2025). De autoria do deputado Caravina: quatro indicações (Prot. nºs 01802/2025, 01782/2025, 01781/2025, 1801/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 1806/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01805/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 01778/2025, 01776/2025, 01764/2025, 1763/2025, 01762/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01777/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: sete indicações (Prot. nºs 01795/2025, 1797/2025, 1794/2025, 1792/2025, 1791/2025, 1796/2025, 01793/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma moção de pesar (Prot. nº 1798/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de pesar (Prot. nº 1790/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: quatro indicações (Prot. nºs 01803/2025, 1773/2025, 1772/2025, 1771/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 01783/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 1789/2025, 1788/2025, 1787/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um requerimento (Prot. nº 1786/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01784/2025, 1785/2025); um projeto de lei (Prot. nº 1799/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 1779/2025, 1780/2025).). Encerado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Quero desejar um bom dia especial às mães atípicas, as quais fazem parte do tema que vou discutir daqui a pouco. Quero cumprimentar também os aposentados e as aposentadas da Assembleia Legislativa que juntos somam-se à luta dos demais aposentados do nosso estado na luta contra os 14% de desconto previdenciário. Sejam bem-vindas e bem-vindos a esta Casa. É sempre bom recebê-los aqui. Presidente, eu venho à tribuna para tratar de um tema de grande relevância para Dourados, minha cidade, cidade onde eu moro, de onde eu venho. Eu sou professora e trago uma pauta relativa à educação. O que me tem preocupado bastante é a falta de vagas nas escolas e a superlotação nas salas de aula. Eu tenho acompanhado essa situação há algum tempo. Todo início de ano ocorre esse problema relativo à falta de vagas para as crianças, sobretudo para aquelas que entram no primeiro ano, antiga primeira série. Esta é uma realidade de Dourados, mas nós vamos tentar descobrir se isso atinge outros municípios do estado também. Mas Dourados merece atenção. A cidade está crescendo bastante nos últimos anos, principalmente devido à chegada de imigrantes. Dourados cresce quase 2% ao ano. E todos os anos ficamos preocupados com a questão

da falta de vagas nas escolas. Desde quando se iniciou esse processo de crescimento da cidade já havia essa preocupação quanto à quantidade de salas de aula. Antes mesmo desse processo de crescimento da cidade, nós já lutávamos para garantir educação infantil e creche para todas as crianças, e essa já era uma luta das mães também, para que todas as crianças estivessem dentro de um Centro de Educação Infantil. Acontece que, nos últimos anos, esse problema vem se tornando cada vez maior, prejudicando as crianças que entram no primeiro ano. Essa situação faz com que famílias, todos os anos, procurem a Defensoria Pública, o Poder Judiciário. Então a Justiça determina que as crianças sejam encaminhadas para a escola. Aí começa outro dilema. Porque, para nós garantirmos qualidade da educação, alocamos um número específico de crianças e adolescentes em cada sala de aula. Ocorre que, com essa demanda crescente e com a falta de sala de aula e de escolas, nós estamos verificando que há uma superlotação nas salas de aula; e junto com isso nós temos outra situação bastante preocupante: a da educação especial. As escolas se preocupam em como tratar essas crianças com respeito, com dignidade; preocupam-se em dar a elas condições para permanecer na sala de aula. Agora, com essa superlotação nas salas de aula, nós passamos a não saber se estamos atendendo as crianças de modo adequado. Eu visitei algumas escolas municipais e algumas escolas estaduais de Dourados, e notei que a demanda tem sido tão gritante que todos os espaços dentro da escola viraram salas de aula. Se havia sala de tecnologia, por exemplo, inclusive por conta da falta de material, o espaço foi transformado em sala de aula. O mesmo aconteceu com laboratórios. Dessa forma, aos poucos, o processo educacional vai sendo prejudicado, por falta de escolas na cidade. Essa situação também interfere diretamente na vida dos professores e das professoras, porque eles estão em salas superlotadas e sem condição de trabalho e uma sala de aula lotada se torna um local difícil de trabalhar. Então, é necessário garantir a quantidade máxima permitida pelos Conselhos Municipal e Estadual de Educação, no intuito de assegurar a qualidade da educação. Mas, em Dourados, especificamente, há outra realidade que chama atenção: a ausência da Rede Estadual. Porque há quarenta e nove escolas da Rede Municipal, que atendem do 1º o 9º ano, mas grande maioria atende do 1º ao 5º ano; há trinta e nove centros de educação infantil; e há apenas vinte e quatro escolas estaduais. Então, nota-se que a quantidade é muito desproporcional. E à medida que a cidade cresce, a população vai ficando mais preocupada em como levar as crianças até a escola, porque ela cresce também em regiões onde não há escolas, então as hoje existentes ficam longe para algumas famílias. Essa situação tem desorganizado o sistema educacional de Dourados. Alguns pais nos disseram o seguinte: "Eu vou à Justiça para conseguir uma vaga para meus filhos, e consigo em diferentes escolas. Mas eu preciso trabalhar." Quando isso acontece, a mãe ou o responsável tem de ficar dando voltas na cidade para conseguir deixar as crianças na escola e depois ir trabalhar. Ou seja, mais uma coisa que sobrecarrega a vida dos familiares, sobretudo das

mulheres. Esta pauta diz respeito à educação, às crianças, às famílias e, em especial, às mães e às professoras. Porque essas são as pessoas que estão sendo maltratadas nesse processo. Outra coisa que nos preocupa muito é como o Governo do Estado está olhando para a educação e para os serviços públicos de modo geral. Porque o Governo do Estado, já há algum tempo, deixou de construir escolas, deixou de assumir sua responsabilidade e a passou para os municípios. A gente vem se perguntando: por que as prefeituras também estão aceitando esse jogo e assumindo muitas salas do 1º ao 5º ano em decorrência de jogar as turmas do 6º ao 9º para o Governo do Estado? Isso desorganiza a rotina das famílias e o trabalho das escolas. Porque há professores efetivos da Rede Municipal sem sala de aulas, porque a demanda do município está indo toda para a Rede Estadual. Mas a demanda do 1º ao 5º ano é sempre maior do que a do 6º ao 9º ano e maior também do que a do ensino médio. Vale destacar que é preciso colocar menos alunos em salas de aula do 1º ao 5º ano. Infelizmente, nesse cenário, a gente tem jogado o primeiro momento da educação, que é o momento da alfabetização, esse momento fundamental, que necessita de grande investimento, para um outro momento, e as crianças estão sendo prejudicadas com isso. E qual é o resultado? O Ideb de Mato Grosso do Sul é vergonhoso. Então, nós estamos aqui para chamar a atenção do Governo do Estado, da Assembleia, da população, para esta pauta. É urgente debater a educação, a qualidade da educação, a garantia de condições de trabalho e vagas para as crianças estudarem dentro da escola. Quando levantamos essa discussão, passamos a ouvir também as famílias, principalmente as famílias da educação especial. Muitos dizem que estão com muita dificuldade de conseguir o laudo, para que a criança tenha seu direito assegurado. E o laudo é feito por uma equipe médica, que não se encontra no SUS, e que é muito caro no particular. Então, muitas famílias das crianças da educação especial não conseguem o laudo justamente pela dificuldade de encontrar profissionais que lhes forneçam o laudo, para que a criança tenha seu direito garantido. Então, a educação tem sido um desafio muito grande. As mães, sobretudo as mães de crianças autistas, têm relatado que um laudo é muito caro. Ou seja, as crianças não estão sendo atendidas. Então, nós precisamos ter um olhar cuidadoso para essas famílias, para essas mães, para essas crianças. E eu converso também com as professoras, as quais dizem que a sala de aula está cheia de crianças da educação especial. Elas dizem que há várias crianças na sala de aula de educação especial com laudo e outras crianças que têm todas as características de criança especial sem o laudo. Isso é um problema, porque as crianças que têm o laudo ainda têm um direito garantido, que é o acompanhamento de uma professora para acompanhá-la. Mas as crianças que não têm um laudo não recebem o apoio de nenhuma professora da educação especial. Isso tem se tornado um problema sério na educação, sobretudo em Dourados, onde a gente está acompanhando a situação de perto. Então, se nós queremos um estado que se desenvolva, precisamos investir em educação, precisamos valorizar a educação. Quero lembrar que até

alguns anos atrás a educação era um valor na sociedade; já nos últimos anos a educação deixou de ser vista como prioridade. Isso porque os ataques à educação se tornaram muito intensos, sobretudo na última década, época em que passamos a ver grandes ataques à educação, aos professores, aos políticos, aos professores. E o resultado de tais ataques começam a aparecer agora no enfraquecimento da política educacional, no sucateamento da educação. E a gente começa a perceber que isso está interferindo nos resultados, tanto é que o Ideb tem mostrado isso. Na Rede Estadual há outra demanda que também encontramos na Rede Municipal em Dourados, que é a terceirização dos serviços. Há muito tempo se observa que está ocorrendo a terceirização dos serviços administrativos nas escolas. Desde aquela época já havia uma preocupação com relação ao que isso poderia significar ao longo dos anos no contexto da educação. E percebe-se que nos últimos anos esse processo de terceirização vem aumentando, tanto é que hoje a educação profissionalizante do ensino médio está sendo oferecida aos estudantes por meio de empresas. E eu fui às escolas para conversar com os diretores e com os professores, a fim de entender o que isso significa e qual sua interferência no processo educacional. E me chamou a atenção saber que esse processo tem sido de péssima qualidade, além de atrapalhar a organização das escolas. Hoje, o diretor tem de lidar com a organização de empresas que estão dentro das escolas. Os profissionais terceirizados ganham menos do que os contratados, e os contratados ganham menos do que os efetivos. Ou seja, o Governo do Estado tem levado para a escola um resultado trágico. E nos próximos anos o prejuízo se tornará bem maior, se a gente não começar a refletir imediatamente sobre essa situação. Nós temos também enfrentado a terceirização das vagas da educação infantil para as conveniadas lá em Dourados da educação infantil. Essa é também uma forma de terceirização das vagas da educação. Isso também interfere no processo de organização do crescimento e desenvolvimento das crianças e da qualidade da educação de modo geral. Porque no serviço público há um acompanhamento, uma fiscalização, e é possível fazer esse acompanhamento na Rede Municipal de Dourados, na educação infantil, as professoras estão se preparando, estão fazendo mestrado, estão fazendo doutorado, são especialistas; há um programa, um Plano de Cargos e Carreira que incentiva as professoras a continuarem estudando. Isso tudo diz respeito à qualidade da educação. Os Centros de educação infantil são de excelência, porque lá se investe na carreira dos professores e das professoras. Nós estamos acompanhando com bastante preocupação esse processo de terceirização, tanto na educação infantil quanto nos demais níveis, inclusive nos cursos profissionalizantes do ensino médio. Agora, sabe-se que o objetivo disso não é a qualidade da educação, inclusive percebe-se que há uma desorganização muito grande nesse trabalho, com várias empresas, com várias instituições trabalhando de forma diferente. Não há uma garantia de que isso dará certo, muito pelo contrário, o que nós estamos vendo com bastante preocupação é a intenção de transformar o sistema público

em um sistema terceirizado, num processo de desvalorização cada vez maior dos professores e das professoras. É importante refletir sobre esses sistemas. Eu estou trazendo aqui este assunto porque os professores e os diretores, das duas redes, e também as famílias, estão relatando a existência de problemas. Nós vamos intensificar a discussão em Dourados, porque me parece que o problema está se tornando maior, à medida que a cidade cresce; e a gente não está preparado para isso. É preciso se aprofundar ainda mais no assunto. A gente ainda vai continuar discutindo o tema no próximo semestre; e este ano faremos muitas discussões ainda em Dourados, especificamente. Vamos chamar a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal, o Conselho Estadual, o Conselho Municipal, as universidades, vamos envolver o Poder Legislativo, para começarmos a pensar em alternativas que garantam a qualidade da educação. Porque o modelo atual, de terceirização, é uma política de desvalorização da educação. Isso é preocupante. Outra coisa que também nos chama a atenção é que esse modelo de terceirização não é apenas para a educação profissional. Essa pauta vem com força agora, e provavelmente todos os professores contratados passarão a ser também terceirizados, no médio prazo. E os efetivos também não estão livres desse processo, porque nos últimos anos os cargos efetivos entraram em extinção na Rede Estadual, haja vista que não há mais concurso público, e quando abrem concurso não chamam os aprovados. Eu quero aqui chamar atenção para a necessidade de fortalecermos a rede pública de ensino, por meio da construção de mais escolas. O Governo do Estado precisa construir urgentemente pelo menos mais três escolas, uma na aldeia, uma na região do Hospital Regional que está sendo construído e uma na região do Distrito Industrial, para começar a equilibrar as relações dentro da cidade e garantir melhores condições de trabalho em todas as redes, porque a municipalização sobrecarrega o município, sobrecarrega as salas de aula, sobrecarrega os trabalhadores, e deixa o Governo do Estado numa situação muito tranquila. Mas essa situação não é interessante, não é legal, e está trazendo prejuízos à educação. E vale destacar que os maiores prejudicados são as crianças e a população do estado de modo geral. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara... Por inversão, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Quero convidar os deputados para a reunião de amanhã, a partir das 14 horas, no Plenarinho, que será realizada pela Frente Parlamentar em Defesa do Direito das Pessoas Idosas junto com a Defensoria da União, com a Defensoria do Estado e com a Secretaria de Estado de Assistência Social. O assunto que será discutido aqui é de interesse dos aposentados, eu estou falando da fraude previdenciária. Todos que quiserem participar do debate estão convidados, serão bem-vindos. Agradeço ao deputado Professor Rinaldo, que, à época, homenageou meu saudoso pai, colocando seu nome no nosso Plenarinho.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador

— Bom dia, caro presidente em exercício, meu amigo deputado Renato Câmara, a quem agradeço pela inversão do seu tempo, para que eu possa usar a tribuna. Quero cumprimentar os colegas deputados, as deputadas, a deputada Gleice Jane, que acabou de fazer aqui um pronunciamento em favor da educação, essa bandeira que deve ser de todos nós. Nós já levamos o assunto ao conhecimento do secretário Hélio Daher, deputada. Vossa Excelência já havia me arguido algumas vezes sobre essa questão. Há um problema sério naquela região de Dourados e Itaporã. Mas esperamos que essa situação seja resolvida o mais rápido possível. Assim vamos permitir que o direito consagrado pela Constituição, que é o acesso à educação de qualidade, não seja retirado das crianças daquela região por falta de infraestrutura. Eu parabenizo Vossa Excelência pela preocupação que sempre teve em com as demandas do nosso estado e de forma muito especial com a área da educação. Então fica aqui a nossa solidariedade à população de Dourados e região. Contamos com a intervenção do Governo do Estado neste caso. Quero cumprimentar todos que prestigiam a nossa Sessão. Eu faço uso da tribuna hoje porque estamos comemorando o "Maio Laranja", que trata de um assunto, deputado Caravina, que muito nos entristece e que deixa todos os homens e mulheres de bem estarrecidos: a violência contra os indefesos, as crianças. Uma das primeiras leis de minha autoria quando cheguei a esta Casa, em 2007, foi instituir a segunda semana de maio como a Semana de Combate à Pedofilia. Por que eu tive essa iniciativa? Na década de 1990, quando eu estava trabalhando no Hospital Universitário, um bebê de apenas dez meses de vida foi internado porque foi estuprado pelo próprio padrasto, e todos os funcionários do hospital ficaram estarrecidos. Aquele bebê, extremamente indefeso, perdeu a vida no oitavo dia de internação no CTI. Depois desse tempo, eu participei do Fenasp, que é o Fórum em Defesa da Vida e da Família, percorri vários estados da Federação. Eu me lembro de que o Magno Malta, senador à época, no seu primeiro mandato, trabalhou muito contra essa questão da pedofilia; a Damares foi assessora dele. E nós fizemos vários eventos, em vários estados da Federação, e tivemos experiências terríveis de norte a sul, de leste a oeste, sobre este tema. Se existe crime, eu diria que esse poderíamos intitulá-lo, deputada Gleice Jane, de a 'mãe de todos os crimes'. É inadmissível alguém, um adulto, aquele que deveria ter empatia, que deveria proteger, que deveria amar, que deveria respeitar, que deveria cuidar da criança, acaba sendo seu algoz. E o que mais me chama a atenção é que este tema transcende à questão da idade, à questão socioeconômica, à questão filosófica, à questão partidária e até mesmo à questão religiosa, e o pior, mais de 60% desse tipo de crime ocorre, deputado Pedro Kemp, no seio familiar; é o padrinho, é o professor, é o pastor, é o padre, é o cuidador, é aquele que deveria ter a missão tão nobre de proteger. Hoje, há pessoas de várias áreas da sociedade presas por terem cometido esse crime, e um deles é um missionário, um homem que foi vereador, que foi presidente

da Câmara de Paranaíba. Ele abusou da própria neta, e já está preso, se não me engano, há quase quatro anos; e há também professores presos por terem cometido esse crime. E há também pessoas do topo da pirâmide social presas. Isso é chocante. Quero destacar que o dia 18 de maio foi escolhido em consideração a uma menina de oito anos de idade, deputado Zeca do PT, Vossa Excelência que é avô como eu, e eu tenho quatro netos lindos, maravilhosos, o nosso 04, o último, completou um ano agora, antes de ontem... Mas, em 1973, no Espírito Santo, a Araceli Cabrera, uma menina foi abusada sexualmente e esquartejada no dia 18 de maio; e no ano de 2000 o Congresso Nacional instituiu o Dia de Combate à Violência Sexual contra Crianças e adolescentes. Nós deputados desta Casa comungamos do mesmo sentimento, todos nós temos trabalhado no sentido de conscientizar a sociedade sul-mato-grossense inclusive por meio de palestras e outras ações. Eu tenho uma equipe multidisciplinar, composta por advogado, psicólogo, assistente social. Nós fazemos um trabalho contínuo, todos os meses, não apenas no dia 18 de maio, não apenas no mês Maio Laranja. A nossa equipe está finalizando agora as sete regiões, estamos entregando aqui uma cartilha que tem como prerrogativa ensinar para as crianças a como se defender do criminoso. Mas o que é pedofilia? É um desvio da sexualidade que leva o indivíduo adulto a se sentir sexualmente atraído, de modo compulsivo, por crianças e adolescentes. Isso é crime. E quem é o cidadão, se é que poderíamos, meu querido Sérgio Cruz? Quem é o indivíduo que pousa de mansinho, de carinhoso? Essa pessoa costuma estar acima de qualquer suspeita, o que facilita suas ações. E como nós podemos proteger as crianças? Ensinando-lhes a não permitir que ninguém toque em suas partes íntimas nem que alguém as faça tocar nas suas. Nós devemos alertar a criança sobre artimanhas usadas pelos abusadores, trocar carícias por doces e presentes, por exemplo. E como identificar uma vítima? Vejam o panfleto. Uma criança que aparece com hematomas e fraturas constantes; uso de roupas compridas, mesmo no calor, para esconder machucados; queimaduras repetidas vezes; cobrir o rosto com as mãos quando o adulto fala mais firme; mudanças bruscas de comportamento (agressividade, introspectividade ou tristeza); mudanças no padrão de alimentação ou do sono; regressão de comportamento (voltar a usar fraldas, fazer xixi na cama, ter crises de choro); apresentar atraso no desenvolvimento educacional; comportamento sexualizado, inadequado para a faixa etária; demonstrar medo de algum parente ou adulto próximo à família. Essas são algumas das características apresentadas pelas vítimas. Todos nós podemos identificar possíveis vítimas e chegar aos seus alçózes. Então é preciso tocar nesse assunto não só no dia 18 de maio, é fundamental tocar nesse assunto todos os dias. O trabalho de conscientização deve ser perene. Somente nesses primeiros meses do ano de 2025, foram registrados, em Mato Grosso do Sul, trezentos e cinquenta e cinco casos de estupro contra crianças e duzentos e oitenta e seis contra adolescentes. Esses números são alarmantes e representam não apenas estatísticas, representam também a quantidade de infâncias interrompidas, de traumas

irreparáveis e de famílias devastadas. O deputado Pedro Kemp é formado em Psicologia, trabalhou muitos anos nesta área, e ele ratificou aqui o que eu já sabia, uma pessoa que passa por essa situação terá em sua alma uma ferida para o resto da vida. Ela pode viver cem anos que nunca vai esquecer dessa ferida que foi aberta na sua alma. Eu conheço vários casos. A Lei Estadual nº 3.707/2009, de nossa autoria, instituiu a 'Semana de Combate à Pedofilia. O Maio Laranja é de 2017. A nossa lei é de 2007, e tem o mesmo objetivo. Esta Casa reforça seu compromisso com a proteção da infância. Desenvolvemos ao longo do mês de maio um amplo e intenso trabalho de conscientização nas escolas da capital e do interior, mobilizamos equipes multidisciplinares nas sete regiões da nossa capital, promovendo palestras educativas, rodas de conversas e ações de panfletagem. A iniciativa alcançou diretamente milhares de estudantes, pais, educadores e comerciantes. Tivemos incontáveis diálogos que sem dúvida plantaram sementes de proteção, vigilância e cuidado na mente da nossa comunidade. É importante ressaltar que a informação é uma das maiores ferramentas de prevenção. Ensinar as crianças a reconhecerem situações de risco, incentivar o diálogo no âmbito familiar e capacitar a comunidade escolar para identificar sinais de abuso são passos fundamentais para se prevenir a violência e minimizar os danos causados por esse crime tão brutal. Precisamos continuar firmes, com políticas públicas eficazes, ações permanentes, conscientização e fortalecimento das redes de proteção. Cada criança protegida é uma esperança renovada para o nosso futuro. Se alguém souber de algum caso ou de alguma suspeita de violência contra crianças ou adolescentes, utilize os mecanismos adequados, as instituições organizadas, para as possíveis vítimas e principalmente os criminosos sejam identificados. Quero elogiar a Delegacia de Polícia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente. Conversando com as delegadas que já atuaram e atuam nesta área, e muitas delas são mães e avós, soube o quanto é difícil trabalhar nessa área, porque atrás de uma delegada existe uma mãe, existe o sentimento materno. Elas sofrem muito para atuar nessa área. Como denunciar? As denúncias são anônimas e podem ser feitas de diversas formas: temos o Disque 100, que é o número nacional. Nesse caso o denunciante pode ficar no anonimato. Temos o Disque 190, que é o número da Polícia Militar. Temos a DPCA - Delegacia de Polícia de Criança e Adolescente, cujo telefone é o 3323-2500. E temos a Dean, cujo telefone é o 4042-1324. E temos os Conselhos Tutelares, os Cras e o Ministério Público. Ou seja, nós temos uma rede. E cada cidadão sul-mato-grossense tem como denunciar e ajudar a Justiça chegar ao indivíduo. O lugar dele criminoso é na cadeia. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Neno Razuk. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra,



o deputado Junior Mochi. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Pergunto ao segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com vinte e dois senhores deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 113/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. O deputado Paulo Duarte está presente? Não. Ele está representando a Assembleia no evento sobre tributação e reforma tributária no Rubens Gil de Camilo. Projeto retirado de pauta. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 130/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre o reconhecimento de pessoas com Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) como pessoas com deficiência, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 291/2024. Autor: deputado Lidio Lopes. "Declara de utilidade pública estadual o Instituto Missionário Cristão Sentinelas Sem Fronteiras, com sede e foro no município de Campo Grande." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Para declarar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Quem está à frente do Instituto Missionário Cristão é o pastor Adelson. A instituição realiza um trabalho fantástico aqui em Campo Grande. Portanto, peço o apoio dos pares na aprovação deste projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.



Projeto de Lei nº 291/2024, de autoria do deputado Lidio Lopes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 104/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o Protocolo Sul-Mato-Grossense Antirracista, visando incentivar os estabelecimentos de grande circulação de pessoas, situados no estado, a adotar voluntariamente medidas de sensibilização, de prevenção e de acolhimento às vítimas em situações de injúria racial e de racismo." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a autora, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, este projeto visa fortalecer as lutas antirracistas aqui no estado. Nós observamos que o racismo é uma violência cruel e silenciosa. As pessoas nem sempre conseguem perceber que estão sendo vítimas de racismo, mas elas carregam toda a força desse dessa violência dentro da sua saúde, do seu corpo, enfim. Esse é um processo bastante violento e nem sempre é possível identificá-lo. A gente quer que nosso estado seja mais acolhedor, mais inclusivo, para que as pessoas possam se sentir mais seguras aqui. Em nosso estado a população indígena e a população negra são bem grandes, e agora tem chegado bastantes imigrantes. Então, precisamos construir políticas, falar sobre a necessidade de se garantir mais qualidade de vida e segurança às pessoas, para que elas se sintam acolhidas aqui no estado. Peço o voto dos colegas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 00104/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. "Um requerimento, trinta e uma



indicações, uma moção de repúdio e seis moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Jamilson Name, em razão do falecimento do senhor Francisco Assis Borges. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Quero convidar mais uma vez os senhores deputados para a CCJR de amanhã. Na semana que vem, se a gente tiver reunião com o governador, vamos ter que mudar a data da CCJR. A CCJR de amanhã está confirmada, porque havia uma possibilidade de a gente ter uma reunião amanhã. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Solicito aos senhores deputados muita atenção e dedicação às comissões de mérito para os projetos de amanhã. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a Sessão. Está encerrada (11h04min).